INFORMATIVO TRT2 Atos normativos da semana



Período: 4 a 8 de out. 2021

N. 18



Ato n. 51/GP, de 1º de outubro de 2021

Define a nova estrutura da Coordenadoria de Gestão de Remuneração.

Ato n. 52/GP, de 1º de outubro de 2021

Define a nova estrutura da Coordenadoria de Compras e Licitações.

Ato n. 396/PR, de 1° de outubro de 2021

Altera a nomenclatura de 01 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo VI, FC-06, vaga n. 02 para 01 (uma) Função Comissionada de Assistente Administrativo Chefe de Núcleo, FC-06.

Ato n. 322/PR, de 30 de agosto de 2021

Transforma 01 (uma) Função Comissionada de Auxiliar Administrativo I, FC-01 (n. 800) e 01 (uma) Função Comissionada de Assistente Administrativo Chefe, FC-05 (n. 38), em 01 (uma) Função Comissionada de Assistente Administrativo Chefe de Núcleo, FC-06.

Edital de comunicação n. 15, de 30 de setembro de 2021

Comunica a escolha dos Exmos. Srs. Juízes Titulares de Varas do Trabalho que atuarão como substitutos e auxiliares dos Exmos. Srs. Desembargadores nas suas funções judicantes no ano de 2022.

Órgãos de interesse

Congresso Nacional

Medida Provisória n. 1.072, de 1º de outubro de 2021 Portaria n. 426, de 7 de outubro de 2021

Aprova o Anexo I -Vibração e o Anexo III - Resolução n. 310/CSJT, de 24 de setembro de 2021

Aprova o Guia de

Dispõe sobre a alteração da forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários e altera a Lei n. 7.940, de 20 de dezembro de 1989, que institui a Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Lei n. 14.211, de 1º de outubro de 2021

Altera a Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei n. 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para fixar critérios para a participação dos partidos e dos candidatos na distribuição dos lugares pelo critério das maiores médias nas eleições proporcionais; e para reduzir o limite de candidatos que cada partido poderá registrar nas eleições proporcionais.

Lei n. 14.193, de 6 de agosto de 2021 Institui a Sociedade Calor, da Norma
Regulamentadora n. 9 [NR
9] - Avaliação e Controle
das Exposições
Ocupacionais e Agentes
Físicos, Químicos e
Biológicos.

Portaria n. 427, de 7 de

outubro de 2021
Aprova o Anexo IV
(Exposição Ocupacional
ao Benzeno em Postos de
Serviços Revendedores
de Combustíveis
Automotivos) da Norma
Regulamentadora n. 20
[NR 20] - Segurança e
Saúde no Trabalho com
Inflamáveis e

Combustíveis.

Portaria n. 428/MTP, de 7 de outubro de 2021 Altera o Anexo III - Meios de Acesso a Máquinas e Equipamentos - da Norma Regulamentadora n. 12 [NR 12], aprovada pela Portaria SEPRT n. 916, de 30 de julho de 2019.

TST

Ato Conjunto n. 45/TST.CSJT.
GP.SG.CGDOC, de 28 de setembro de 2021
Altera os arts. 20, 21, 23 e 28 do Ato Conjunto n. 37/TST.CSJT.GP
.SG.CGDOC, de 30 de agosto de 2021, que institui a Política de

Contratações
Sustentáveis para
inclusão de critérios de
sustentabilidade nas
contratações de bens e
serviços no âmbito da
Justiça do Trabalho de
primeiro e segundo graus.

Resolução n. 311/CSJT, de 24 de setembro de 2021

Institui o Sistema de Auditoria Interna da Justiça do Trabalho – SIAUD-JT.

CNJ

Portaria Conjunta n. 4/GP, de 31 de agosto de 2021 Padroniza a nomenclatura das rubricas das folhas de pagamento do Poder Judiciário da União e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Resolução n. 421/CNJ, de 29 de setembro de 2021 Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional em matéria de arbitragem e dá outras providências.

Portaria n. 248/CNJ, de 4 de outubro de 2021 Altera a Portaria CNJ n. 57/2020, que inclui no Observatório Nacional

sobre Questões

Anônima do Futebol e dispõe sobre normas de constituição, governança, controle e transparência, meios de financiamento da atividade futebolística, tratamento dos passivos das entidades de práticas desportivas e regime tributário específico; e altera as Leis n. 9.615, de 24 de março de 1998, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Lei n. 14.199, de 2 de setembro de 2021

Altera as Leis n. 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre medidas alternativas de prova de vida para os beneficiários da Previdência Social durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional; e dá outras providências.

Lei n. 14.174, de 17 de junho de 2021

Altera a Lei n. 14.034, de 5 de agosto de 2020, para prorrogar o prazo de vigência de medidas emergenciais para a aviação civil brasileira em razão da pandemia da Covid-19. [Promulgação de partes vetadas]

Pesidência da República

Gestão Documental e de Gestão de Memória da Justiça do Trabalho, em observância às diretrizes e normas do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname.

Edital de Correição Ordinária [no] TRT da 2. Região, de 4 de outubro de 2021

Comunica realização de correição ordinária no Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região no período de 29 de novembro a 3 de dezembro de 2021.

CSJT

Resolução n. 304/CSJT, de 24 de setembro de 2021

Dispõe sobre o funcionamento do Laboratório de Tecnologia para Recuperação de ativos, Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), no âmbito da Justiça do Trabalho (Lab-JT) e dá outras providências.

Resolução n. 305/CSJT, de 24 de setembro de 2021

Altera a redação da Resolução n. 138/CSJT, de 24 de junho de 2014, Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão o caso Coronavírus – Covid-

Portaria n. 252/CNJ, de 5 de outubro de 2021 Institui Grupo de Trabalho para a atualização do Modelo de Requisitos Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder

Recomendação n. 109/CNJ, de 5 de outubro de 2021

Judiciário (Moreq-jus).

Recomenda aos magistrados e serventuários que adotem como padrão o modelo de comunicação de distribuição de demanda, ao ser distribuída ação contra o devedor em recuperação judicial, e dá outras providências.

Resolução n. 423/CNJ, de 5 de outubro de 2021

Altera a Resolução CNJ n. 75/2009, que dispõe sobre os concursos públicos para ingresso na carreira da magistratura em todos os ramos do Poder Judiciário nacional.

Resolução n. 424/CNJ, de 5 de outubro de 2021 Altera a Resolução n.

Decreto n. 10.829, de 5 de outubro de 2021

Regulamenta a Lei n.
14.204, de 16 de setembro
de 2021, que simplifica a
gestão de cargos em
comissão e de funções de
confiança na administração
pública federal direta,
autárquica e fundacional, e
altera o Decreto n. 9.739,
de 28 de março de 2019.

Ministério da Economia

Portaria n.

11.994/SGP.SEDG.ME.ME, de 6 de outubro de 2021

Declara a revogação de atos normativos e o exaurimento de atos editados no âmbito do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

Ministério do Trabalho e Previdência

Portaria n. 422/MTP, de 7 de outubro de 2021

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora n. 5 [NR 5] - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

Portaria n. 423/MTP, de 7 de outubro de 2021

Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora n. 17 [NR 17] - Ergonomia. que dispõe sobre o
estabelecimento de
Núcleos de Pesquisa
Patrimonial no âmbito dos
Tribunais Regionais do
Trabalho, define objetivos
de atuação e dá outras
providências.

Resolução n. 306/CSJT, de 24 de setembro de 2021

Altera a redação da
Resolução n. 8/CSJT, de
27 de outubro de 2005,
que estabelece a Tabela
Única para atualização e
conversão de débitos
trabalhistas – Sistema
Único de Cálculo
(SUCJT).

Resolução n. 307/CSJT, de 24 de setembro de 2021

Dispõe sobre o estágio de estudantes no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e institui o sistema GEST.

Resolução n. 308/CSJT, de 24 de setembro de 2021

Dispõe sobre as condições especiais de trabalho para fins de tratamento ou de acompanhamento de tratamento de filho(a) ou dependente legal de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

403/CNJ, de 29 de junho de 2021, para estabelecer a facultatividade da participação de magistrados(as) da Justiça Eleitoral nas comissões de sustentabilidade e de acessibilidade, previstas nas Resoluções n. 400/CNJ, de 16 de junho de 2021 e Resolução n. 401/CNJ, de 16 de junho de 2021.

Portaria n. 253/CNJ, de 6 de outubro de 2013 Altera a Portaria CNJ n. 204/2021, que institui Grupo de Trabalho sobre provas digitais visando desenvolver regras de negócio e modelos de dados de soluções tecnológicas para integração na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br).

Portaria n. 259/CNJ, de 7 de outubro 2021

Altera a Portaria CNJ n.
57/2020, que incluir no
Observatório Nacional
sobre Questões
Ambientais, Econômicas e
Sociais de Alta
Complexidade e Grande
Impacto e Repercussão o
caso Coronavírus (Covid19).

Portaria n. 14/CNJ, de 7 de outubro de 2021

de outubro de 2021 Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora n. 19 [NR 19] - Explosivos.

Portaria n. 424/MTP, de 7

Portaria n. 425/MTP, de 7 de outubro de 2021 Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora n. 30 [NR 30] - Segurança e Saúde no Trabalho Aquaviário. Resolução n. 309/CSJT, de 24 de setembro de 2021

Estabelece diretrizes e orientações para a formulação de Políticas de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Altera a composição do Comitê de Apoio Técnico destinado a apoiar a sistematização e padronização da parametrização do Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário -DataJud no Conselho Nacional de Justiça, instituído pela Portaria SEP n. 9 de 20 de maio de 2021.

Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região

Edifício Sede - Rua da Consolação n. 1272 CEP 01302-906 - São Paulo - SP Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



